



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 12

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA CATORZE DE
JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSETE

----- Aos catorze dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezassete, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires**, **João Filipe Chaveiro Libório**, **Hugo de Sousa Marques Carreiras** e **Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**.-----

- **Período antes da Ordem do Dia:** Não houve assuntos presentes. -----

- **Aprovação da acta da reunião anterior:** Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida e assinada a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta.--

- **Aprovação da Ordem de Trabalhos da presente reunião:** -----

- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: EMISSÃO DE CERTIDÃO - ISENÇÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado requerimento por **José Carlos Prates Calixto**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de licença de utilização ou dispensa desta relativamente ao prédio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 145** da **freguesia de Cabeção**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 174 da mesma freguesia, com a área de implantação

e de construção de 18,00 m2, situado na anteriormente designada Rua Pouca.--
Feita pesquisa em arquivo não se encontrou qualquer processo com correspondência ao edifício. Assim, analisados os documentos apresentados, constata-se que o prédio foi inscrito na matriz em 1970, referindo a certidão que o mesmo se compõe de 1 divisão destinada a adega. Uma vez que a utilização referida poderia indiciar o uso industrial, com datas de isenção das respetivas licenças distintas das demais utilizações, foi solicitado ao serviço de Finanças a indicação da data efetiva da inscrição, por se afigurar que poderia ser anterior à data registada. A entidade veio confirmar que o imóvel foi inscrito antes de 7/8/1951 e que sempre registou a área de 18 m2. -----

Como tal, verifica-se que o edifício terá sido construído em data anterior à da entrada em vigor do regime de licenciamento introduzido pelo **RGEU** (Agosto de 1951). Assim, não seria obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização à data da sua construção. -----

Face ao exposto, propõe esta **Divisão** o deferimento da pretensão apresentada. A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, **deferindo** o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois - um: TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS 2017 - PROPOSTA APOIO:** Presente informação da **Unidade de Acção Sócio Cultural** informando que dando seguimento aos trabalhos arqueológicos que têm vindo a ser realizados no nosso Concelho, propõe-nos a **Dr.ª Leonor Rocha** realizar novos trabalhos em 2017, conforme documentação em anexo à presente informação.-----

Os apoios solicitados para a realização da campanha, que se realizará de 7 a 25 de Agosto, são: -----

- apoio topográfico; -----

- alojamento para uma equipa de 8 pessoas; -----

- pagamento das despesas com as refeições. -----

Além disso, solicita-nos também o fornecimento do combustível necessário à deslocação dos membros da equipa, até ao limite máximo de **400,00€**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com a proposta apresentada indo proceder em conformidade. -----

----- **Ponto dois - dois: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA - ENTRADA GRATUITA NAS PISCINAS MUNICIPAIS:**

Presente informação da **Unidade de Acção Sócio Cultural** informando que á semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, o **Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Graça**, solicita autorização para frequentar, gratuitamente, as **Piscinas Municipais de Mora**, com um grupo de crianças utentes do Centro, no período das férias escolares, sendo as crianças acompanhadas pela equipa dinamizadora da referida instituição. -----

Nesse sentido, propõe-se que seja aprovada em reunião de Câmara a autorização para que o referido grupo de crianças possa vir a frequentar, gratuitamente, as Piscinas Municipais, no período das férias escolares, das 10 às 14 horas.-----

A Autorização fica condicionada à apresentação de **uma declaração** em que o **Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Graça** assuma o compromisso de ser inteiramente responsável pelo acompanhamento e segurança das crianças que levar às piscinas. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento do pedido apresentado e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo autorizando o grupo de crianças utentes do ATL, a frequentarem gratuitamente as Piscinas Municipais no período solicitado, desde que a responsabilidade pela segurança das crianças seja da responsabilidade das monitoras do referido Centro Social.-----

----- **Ponto dois - três: SOCIEDADE COLUMBÓFILA CABEÇANENSE -**

PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO: Presente informação da **Unidade de Acção Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora** é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 15 e 18. ---

Face ao pedido de apoio apresentado pela **Sociedade Columbófila Cabeçanense**, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de **435.00€**, destinados a apoiar a aquisição de 17 prémios do Campeonato Concelhio e prémios das várias provas (Geral, Velocidade, Meio-fundo e Fundo) realizadas por esta **Sociedade Columbófila**, durante a época desportiva de 2016/2017.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta apresentada, concedendo à **Sociedade Columbófila Cabeçanense** um subsídio no valor de **435.00€**, destinados a apoiar a aquisição de 17 prémios do Campeonato Concelhio e prémios das várias provas (Geral, Velocidade, Meio-fundo e Fundo) realizadas por esta Sociedade Columbófila, durante a época desportiva de 2016/2017, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do **Regulamento de Atribuição de**

Apoios pelo Município de Mora, em vigor.-----

----- **Ponto dois - quatro: SOCIEDADE COLUMBÓFILA MORENSE - PRO-**

POSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO: Presente informação da Unidade de Acção Sócio Cultural informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 15 e 18. -----

Face ao pedido de apoio apresentado pela **Sociedade Columbófila Morense**, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de **435,00€**, destinados a apoiar a aquisição de 17 prémios do Campeonato Concelhio e prémios das várias provas (Geral, Velocidade, Meio-fundo e Fundo) realizadas por esta **Sociedade Columbófila**, durante a época desportiva de 2016/2017. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta apresentada, concedendo à **Sociedade Columbófila Morense** um subsídio no valor de **435,00€**, destinado a apoiar a aquisição de 17 prémios do Campeonato Concelhio e prémios das várias provas (Geral, Velocidade, Meio-fundo e Fundo) realizadas por esta **Sociedade Columbófila**, durante a época desportiva de 2016/2017, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora**, em vigor. -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** Foi presente o

Resumo Diário de Tesouraria com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de 2.071.956,94€, dois milhões setenta e um mil novecentos e cinquenta e seis euros e noventa e quatro cêntimos, e **Dotações não Orçamentais** no valor de 17.159,67€, dezassete mil cento e cinquenta e nove euros e sessenta e sete cêntimos. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de 92.182,79 €, noventa e dois mil cento e oitenta e dois euros e setenta e nove cêntimos. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: MAPA DE FATURAS:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação o **Mapa de Faturas**. ---

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor de 68.672,58€, sessenta e oito mil seiscentos e setenta e dois euros e cinquenta e oito cêntimos.-----

----- **Ponto três - quatro: DENÚNCIA DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO:** Presente informação da **Secção Administrativa** informando que para deliberação em reunião de **Câmara** propõe-se a denúncia do contrato de arrendamento do Lote nº 56 na Zona Industrial em Mora, tendo em conta a comunicação do arrendatário senhor Vitor Biscaia. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta apresentada deferindo o pedido de denún-

cia do contrato de arrendamento do Lote nº 56 na Zona Industrial em Mora,
celebrado com senhor **Vitor Biscaia.** -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E**
AMBIENTE: -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A Câmara Municipal **tomou conhecimento** dos seguintes despachos do **Senhor Presidente:** -----

- **Em que determinou, abrir Procedimento Tipo Ajuste Direto para execução da empreitada de Ampliação do Cemitério de Malarranha,** nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de vinte nove de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 20 dias, para a apresentação de propostas, em conformidade com o Projeto, Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

- JAV - Materiais de Construção, Lda.;-----

- Gabriel Mendes, Lda.; -----

- José Garcia Relvas - Construção Civil Unipessoal, Lda.; -----

- Sociedade Construções Cabeçanense, Lda.. -----

Determinou também aprovar o Projeto, Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

Mais determinou que o júri do presente procedimento seja constituído pelos Senhores, Vereador Marco Filipe Barreiros Pires, Engenheiro António Godinho Mourão Costa e Engenheiro João Miguel Caramujo Ramos Endrenço, sendo Presidente do mesmo o Senhor Vereador Marco Filipe Barreiros Pires, como membros efetivos e os Senhores Vereador Hugo de Sousa Marques Carreiras e

Arquiteto Vitor da Silva Mendes, como membros suplentes.-----

O valor base do procedimento é de 18.500,00 €. -----

- Em que determinou abrir Procedimento Tipo Ajuste Direto para o "Fornecimento e Montagem de Um Pannel de Leds Dupla-Face 2880X1920 mm

SMD-com Poste", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de vinte nove de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 15 dias, para a apresentação de propostas, em conformidade com Convite e Caderno de Encargos.-----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

- Brand Digital; Edigma e Sernis; -----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos.-----

Mais determinou que o júri do presente procedimento seja constituído pelos Senhores, Vereadora Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes, Luís Manuel Martins Canelas e Engenheiro João Miguel Caramujo Ramos Endrenço, sendo Presidente do mesmo a Senhora Vereadora Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes, como membros efetivos e os Senhores Vereador Marco Filipe Barreiros Pires e José Carlos Barbeiro Mendes, com, como membros suplentes. -----

O valor base do procedimento é de 31.000,00 €. -----

Mais determinou candidatar o presente Programa - Valorizar Programa de Apoio à Valorização e Qualificação do Destino. -----

- Em que determinou, abrir Procedimento Tipo Ajuste Direto para a "Aquisição de Uma Aplicação Móvel e 32 Placas Referenciais", nos termos do

Decreto-Lei número 18/2008, de vinte nove de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 15 dias, para a apresentação de propostas, em conformidade com Convite e Caderno de Encargos.-----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas especializadas

neste tipo de trabalho: -----

- **YPT - PODCAST & TECHNOLOGY, LDA.; WEBLIME - Tecnologia, Design e Marketing, Lda. e EDIGMA;** -----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

Mais determino que o júri do presente procedimento seja constituído pelos Senhores, Vereadora Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes, Luís Manuel Martins Canelas e Engenheiro João Miguel Caramujo Ramos Endrenço, sendo Presidente do mesmo a Senhora Vereadora Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes, como membros efetivos e os Senhores Vereador Marco Filipe Barreiros Pires e José Carlos Barbeiro Mendes, com, como membros suplentes. -----

O valor base do procedimento é de 30.000,00 €. -----

Mais determinou candidatar o presente Programa - Valorizar Programa de Apoio à Valorização e Qualificação do Destino. -----

- **Em que determinou**, adjudicar à firma J. Henrique Coelho, Lda., a **execução da empreitada de "Retificação das Instalações Elétricas do Pavilhão de Exposições e Auditório Municipal de Mora"**, pelo valor de 15.780,55€ (s/ IVA), com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou** adjudicar à empresa HEN - Serviços Energéticos, Lda., a aquisição de bens móveis com a designação de "Fornecimento de Energia Elétrica em BTE para o ano 2016 (Acerto de Contas)", pelo valor de 19.767,83€ (s/ IVA), com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou** aprovou a 4ª. Alteração ao Orçamento da Despesa de 2017, a 4ª. Alteração às Grandes Opções do Plano 2017-2020 e 3ª. Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos 2017-2020. -----

- **Em que determinou** abrir **procedimento tipo por Ajuste Direto para a execução da Empreitada com a designação de "Pavimentação de Arruamentos em Mora"**, nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pela lei vigente, pelo prazo de 15 dias em conformidade com o Convite, o Caderno de Encargos e demais documentos que compõem o processo de concurso. -----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas da especialidade: -----

Constradas - Estradas e Construção Civil, S.A.; Construções J.J.R. & Filhos, S.A. e Construções Pragosa, S.A. Determinou ainda que o Júri do procedimento seja composto pelos Senhores: Marco Filipe Barreiros Pires (Vereador) como Presidente, António Godinho Mourão Costa (Chefe de Divisão) e João Miguel Caramujo Ramos Endrenço (Técnico Superior), como membros efetivos e Hugo de Sousa Marques Carreiras (Vereador) e Vítor da Silva Mendes (Técnico Superior), como membros suplentes. -----

Determinou também aprovar o processo de concurso. -----

- **Em que determinou** abrir **Procedimento Tipo Ajuste Direto para execução da Empreitada de Beneficiação de Cobertura - Rua da Igreja nº. 30/32 em Brotas**, nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de vinte nove de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 20 dias, para a apresentação de propostas, em conformidade com o Projeto, Convite e Caderno de Encargos.-----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

- JAV - Materiais de Construção, Lda.; Gabriel Mendes, Lda.; José Garcia Relvas - Construção Civil Unipessoal, Lda. e Sociedade Construções Cabeçanense, Lda.. -----

Determinou também aprovar o Projeto, Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

Mais determinou que o júri do presente procedimento seja constituído pelos Senhores, Vereador Marco Filipe Barreiros Pires, Engenheiro António Godinho Mourão Costa e Engenheiro João Miguel Caramujo Ramos Endrenço, sendo Presidente do mesmo o Senhor Vereador Marco Filipe Barreiros Pires, como membros efetivos e os Senhores Arquitetos Vitor da Silva Mendes e Ana Sofia Noronha de Oliveira dos Santos Caniços da Silva Mendes como membros suplentes. -----

O valor base do procedimento é de 10.000,00 €.-----

- Em que determinou o seguinte: -----

a) Que o Assistente Técnico Rui Manuel Ventura Fortio, titular do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste Município, afeto à Unidade de Ação Sócio Cultural (UASC), integrado na posição 5 , nível remuneratório 14 da carreira de Assistente Técnico, passe a exercer as funções de Técnico Superior, nos termos do artigo 92º, nº. 1 e 2, alínea a), e b) , artigo 93º., nº. 1 e 3, alínea b) do Anexo I da Lei da Lei 35/2014, de 20 de junho e artigo 38º., nº. 3 da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015, em vigor por força do artigo 18º. da Lei 7-A/2016, de 31 de março (LOE 2016). -----

b) Que a mobilidade interna intercarreiras, ora determinada, produza efeitos a partir de 01 de junho de 2017. -----

c) A mobilidade terá a duração máxima de dezoito meses, com possibilidade de consolidação. -----

Está assegurado o cabimento orçamental nas rubricas 01.01.04, 01.01.14 e 01.01.13. -----

- Em que determinou, no exercício da competência prevista na alínea a), do n.º 2, do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte: -----

a) Que o assistente operacional, Patrícia Alexandra Lopes Arsénio, titular de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste município, afeto ao gabinete Apoio, transite para a categoria de Assistente Técnico, mediante o regime de mobilidade aqui previsto, exercendo as funções identificadas no ponto 4 do presente despacho; -----

b) A mobilidade ora determinada, produz efeitos a contar do dia 01 de junho de 2017. -----

c) O trabalhador passa a auferir a remuneração mensal de 683,13€, correspondente ao nível 5, 1ª posição, da categoria de assistente técnico, previsto na tabela remuneratória única, em cumprimento do estabelecido no n.º 3 do artigo 153º da LGTFP, em conjugação com o n.º 3 do artigo 38º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;-----

A mobilidade terá a duração máxima de dezoito meses, com possibilidade de consolidação. -----

Está assegurado o cabimento orçamental nas rubricas 01.01.04, 01.01.14 e 01.01.13. -----

- Em que determinou, no exercício da competência prevista na alínea a), do n.º 2, do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte:-----

-a) Que o assistente operacional, Samuel Henrique Nunes Godinho, titular de

contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste município, afeto ao gabinete Apoio, transite para a categoria de Assistente Técnico, mediante o regime de mobilidade aqui previsto, exercendo as funções identificadas no ponto 4 do presente despacho;-----

b) A mobilidade ora determinada, produz efeitos a contar do dia 01 de junho de 2017. -----

c) O trabalhador passa a auferir a remuneração mensal de 683,13€, correspondente ao nível 5, 1ª posição, da categoria de assistente técnico, previsto na tabela remuneratória única, em cumprimento do estabelecido no n.º 3 do artigo 153º da LGTFP, em conjugação com o n.º 3 do artigo 38º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro; -----

A mobilidade terá a duração máxima de dezoito meses, com possibilidade de consolidação. -----

Está assegurado o cabimento orçamental nas rubricas 01.01.04, 01.01.14 e 01.01.13. -----

- Em que determinou, face à ata do jurí efetuar contrato de prestação de serviços para execução de funções nas Piscinas Municipais - Época 2017 com: Inocência de Jesus Bailão Silveira - Auxiliar de limpeza; Maria José Tristão Rodrigues - Auxiliar de limpeza; Rute Isabel Caeiro Mirão - Auxiliar de limpeza; Débora Isabel Freixo Moita - Bilheteiro; Sandra Cristina Pereira Soeiro - Bilheteiro; Miguel Maria Marques Ganhão - Vigilante e Mónica Alexandra de Oliveira Anacleto - Vigilante. Mais determino que os contratos das Auxiliares dos serviços de limpeza sejam efetuados pelo período de 01 de Junho a 30 de Setembro, os vigilantes e bilheteiros pelo período de 09 de junho a 30 de setembro. -----

- Em que determinou o seguinte: -----

a) Que o Técnico de Informática - Adjunto José Carlos Barbeiro Mendes, titular do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste Município, afeto ao Setor de Informática, integrado no nível 1, escalão 1, índice 207, transite para a categoria de Técnico de Informática do grau 1, nível 1, escalão 1, índice 332.-----

b) Que a mobilidade interna intercategorias, ora determinada, produza efeitos a partir de 01 de junho de 2017. -----

c) A mobilidade terá a duração máxima de dezoito meses, com possibilidade de consolidação. -----

Está assegurado o cabimento orçamental nas rubricas 01.01.04, 01.01.14 e 01.01.13. -----

- Em que determinou o seguinte: -----

a) Que o Técnico de Informática - Adjunto Nuno Miguel Pereira Nunes, titular do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste Município, afeto ao Espaço Internet, integrado no nível 1, escalão 1, índice 207, transite para a categoria de Técnico de Informática do grau 1, nível 1, escalão 1, índice 332. -----

b) Que a mobilidade interna intercategorias, ora determinada, produza efeitos a partir de 01 de junho de 2017. -----

c) A mobilidade terá a duração máxima de dezoito meses, com possibilidade de consolidação. -----

Está assegurado o cabimento orçamental nas rubricas 01.01.04, 01.01.14 e 01.01.13. -----

- Em que determinou o seguinte: -----

a) Que o Técnico de Informática - Adjunto Fernando Filipe Cruz Vidigal, titular

do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste Município, afeto ao Espaço Internet, integrado no nível 1, escalão 1, índice 207, transite para a categoria de Técnico de Informática do grau 1, nível 1, escalão 1, índice 332. -----

b) Que a mobilidade interna intercategorias, ora determinada, produza efeitos a partir de 01 de junho de 2017. -----

c) A mobilidade terá a duração máxima de dezoito meses, com possibilidade de consolidação. -----

Está assegurado o cabimento orçamental nas rubricas 01.01.04, 01.01.14 e 01.01.13. -----

- Em que determinou abrir **Procedimento Tipo Ajuste Direto para a " Produção Audiovisual - Divulgação do Concelho de Mora"**, nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de vinte nove de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 15 dias, para a apresentação de propostas, em conformidade com Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que seja consultada a empresa Rui Carapinha - Monte do Outeiro - 7425 - 118 Montargil, especializada neste tipo de trabalho. -----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

O valor base do procedimento é de 5.000,00 €. -----

Mais determinou candidatar o presente Programa - Valorizar Programa de Apoio à Valorização e Qualificação do Destino. -----

- Em que determinou, no exercício da competência prevista na alínea a), do n.º 2, do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte: -----

a) Que o assistente operacional, Ana Luísa Salgueiro Canelas, titular de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pes-

soal deste município, afeto ao gabinete Apoio, transite para a categoria de assistente técnico, mediante o regime de mobilidade aqui previsto, exercendo as funções identificadas no ponto 4 do presente despacho; -----

b) A mobilidade ora determinada, produz efeitos a contar do dia 01 de junho de 2017. -----

c) O trabalhador passa a auferir a remuneração mensal de 683,13€, correspondente ao nível 5, 1ª posição, da categoria de assistente técnico, previsto na tabela remuneratória única, em cumprimento do estabelecido no n.º 3 do artigo 153º da LGTFP, em conjugação com o n.º 3 do artigo 38º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro; -----

A mobilidade terá a duração máxima de dezoito meses, com possibilidade de consolidação. -----

Está assegurado o cabimento orçamental nas rubricas 01.01.04, 01.01.14 e 01.01.13. -----

----- **Ponto cinco - dois: ESCOLA PROFISSIONAL ABREU CALLADO -**

PEDIDO DE ESTÁGIOS: Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que no seguimento do pedido apresentado pela **Escola Profissional Abreu Callado**, propõe a aceitação dos Estágios Formativos em Contexto de Trabalho referentes ao **Curso de Técnico de Turismo Ambiental e Rural XI**, para os formandos **Alexandre Miguel Honório Pereira**, **Lucas Coelho de Matos Matinhos** e **Vitor Alexandre Sarmento da Silva**, mediante a assinatura dos protocolos, em anexo, a celebrar entre as duas entidades.-----
Os referidos estágios não apresentam quaisquer encargos para a Autarquia.----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com a proposta apresentada, **autorizando** a realização dos referidos estágios, procedendo à assinatura dos referidos Protocolos.-----

----- **Ponto cinco - três: CEDÊNCIA DE TRANSPORTES:** Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propondo ao **Executivo Municipal** a aprovação da cedência de transporte às seguintes Instituições: -----

- **Associação dos Amigos da Natureza de Cabeção**, nos dias 1 e 2 de Julho, para transporte dos participantes na XXII Descida da Ribeira de Seda (email em anexo); -----

- **ASDIC**, no dia 26 de Agosto, para a realização do seu tradicional almoço anual, em local a designar posteriormente (ofício em anexo); -----

- **Associação Cultural “Tocar a Emoção”**, para apoio no transporte do Grupo de Bombos nos dias 30 de Junho (Mora), 1 de Julho (Couço), 5 de Julho (Ponte de Sor), 11 de Agosto (Brotas) e 18 de Agosto (Malarranha), cujo email se anexa. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte às Instituições acima referidas. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram onze horas e dez minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-